



ACÓRDÃO Nº 1073/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1874/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Sr. Américo Gorayeb Junior – Gestor do PROURBIS e Ordenador de Despesa.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Órgão:** Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus – PROURBIS.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 370EX/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.303/305).
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus – PROURBIS. Exercício de 2011.

Contas Regulares com Ressalvas. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em **parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do **Senhor Américo Gorayeb Júnior**, Gestor do Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus – PROURBIS, exercício 2011, com fundamento no art. 19, II c/c art. 22, II e art. 24 da Lei nº. 2423/96, combinado ainda com o art. 5º, II, art. 188, parágrafo primeiro, inciso II e art. 189, II da Resolução nº. 004/2002 – RITCE/AM;

10.2. Recomendar ao Órgão de origem:

10.2.1. Que evite desequilíbrio entre ativo e passivo do balanço financeiro e que demonstre com fidelidade a gestão contábil da unidade gestora;



ACÓRDÃO Nº 1073/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.2. A estrita observância a todas as normas dispostas na legislação vigente, quando da contratação de terceiros para execução de obras ou prestação de serviços, principalmente no que diz respeito ao detalhamento de despesas.

10.3. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

10.3.1. Encaminhe à atual Administração do Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus – PROURBIS e da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus – SEMINF, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, para que àquela Pasta atente às recomendações mencionadas nas peças técnicas visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

10.3.2. Cientifique os senhores Américo Gorayeb Júnior e Sérgio Túlio Xerez de Mattos, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório;

10.3.3. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, do RITCE/AM.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Novembro de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral